

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

O presente termo de referência tem por objeto a Contratação de Serviços de operadora de **PLANO DE ASSISTENCIA A SAUDE OU SEGURO DE SAÚDE** para prestação de serviços de assistência Médico ambulatorial, hospitalar e auxiliar de diagnóstico e terapia, com obstetrícia, fisioterápica, psicológica e farmacêutica na internação, por meio de Rede Própria e/ou Credenciada, na modalidade Coletiva Empresarial, (sem Coparticipação) para ser prestado aos empregados e dirigentes da CODEM/PMB, bem como aos seus respectivos dependentes, inicialmente estimado em 121 usuários

1.1 conforme os prazos, especificações e quantitativos discriminados neste instrumento e seus anexos.

2. BASE LEGAL DA CONTRATAÇÃO

2.1. O presente objeto será contratado mediante realização de licitação na modalidade **PREGÃO**, em sua forma **ELETRÔNICA**, do tipo “**MENOR PREÇO POR VALOR GLOBAL**”, **sob o regime de execução unitário** consoante a Lei Federal nº 14.133/2021 e em atendimento ao art. 32, IV da Lei nº 13.303/2016.

2.2. Aplica-se à presente contratação toda a legislação que disciplina a prestação dos serviços de assistência à saúde suplementar, em conformidade com a Lei nº 9.656/1998, Resoluções Normativas da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, Acordo Coletivo de Trabalho 2022-2024.

2.3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (JUSTIFICATIVA) DA CONTRATAÇÃO

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2024, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

2.3.1 Justifica-se o atendimento do objeto considerando o compromisso da CODEM em oferecer condições de assistência à saúde para os Dirigentes, empregados e seus dependentes é fator diferencial na qualidade de vida dos colaboradores e propicia a tranquilidade necessária para o bom desenvolvimento das atividades laborais, favorecendo baixo índice de absenteísmo.

2.3.2 Além disso, sob o aspecto jurídico, a contratação é necessária, na medida em que está consignada como obrigação da CODEM no Acordo Coletivo de Trabalho vigente, em sua cláusula vigésima terceira, e Estatuto Social Art.53.

2.3.3 Assim, oferecer um serviço de Plano de Assistência à Saúde, adequado aos empregados além de contribuir para a preservação da saúde de seus empregados, é um incentivo a mais na manutenção da motivação e comprometimento de seu quadro de empregados, além de minimizar os fatores de riscos, que podem levar o empregado ao absenteísmo.

2.3.4. A contratação deve observar as coberturas mínimas obrigatórias previstas no Rol de Procedimentos e Eventos de Saúde Divulgados pela ANS, que nessa data encontra-se disciplinado na **Resolução Normativa nº 465/2021** da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), que constitui a referência básica para cobertura mínima obrigatória da atenção à saúde nos planos privados de assistência à saúde, contratados a partir de 1º de janeiro de 1999.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

3.1. Os serviços objetos desta contratação deverão observar rigorosamente as especificações técnicas constantes no **ANEXO I-A e ANEXO I-B** do presente Termo de Referência.

4. ESTIMATIVA DE CUSTO/DOTAÇÃO

4.1. A estimativa de custo para a aquisição do objeto do presente Termo de Referência será realizada após a ampla consulta/pesquisa no mercado do valor dos itens a serem licitados, devendo obrigatoriamente ser elaborada, com base na **IN SEGES/ME nº 65.2021**, a fim de permitir a posterior indicação dos recursos orçamentários em dotação correta e suficiente para as futuras e eventuais aquisições decorrentes do Registro de Preços.

5. PRAZO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

5.1. A vigência da (s) contratação (ões) firmada(s) poderá ser estabelecida por até **12 (doze) meses** podendo ser **prorrogado por igual período**, desde que comprovada a vagariedade de preço, conforme a especificidade das aquisições e necessidade de atendimento da garantia dos serviços, conforme o art. 71 da Lei Federal nº 13.303/2016.

6. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. A natureza do objeto a ser contratado está de acordo com os termos da Lei nº 14.133/2021;

6.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de serviços comuns, nos termos do art. 42, inciso VIII da Lei Federal 13.303/16 e a Lei Federal nº 14.133/2021;

6.3. Trata-se de **objeto comum de natureza continuada**, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica;

6.4. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada;

6.5. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

7. DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS PROPOSTAS DE PREÇOS

7.1. A proponente deverá na ocasião da apresentação da proposta:

7.1.1. Remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema, a proposta com o preço, indicando o **valor unitário, valor GLOBAL , e o valor total da proposta** que a proponente se propõe a fornecer, em algarismo e por extenso, já incluídas, todas e quaisquer despesas tais como frete, taxas e impostos, inclusive o desembaraço alfandegário, dentre outras, observadas as isenções previstas na legislação, com cotações em moeda corrente nacional.

7.1.2. Encerrada a etapa de envio de lances e negociação da sessão pública da sessão pública, o licitante provisoriamente classificado, deverá apresentar proposta de preços e documentações de forma clara e detalhada, citando especificação, fabricante, país de procedência e outras características que permitam identificá-los, anexando-se, inclusive, quando possível, prospectos em Português, sem referência às expressões “**similar**”, de acordo com os requisitos indicados neste Termo de Referência;

7.1.3. Indicar na proposta que os preços unitários dos serviços ofertados na licitação serão fixos e **irreajustáveis**;

7.1.4. Indicar o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a **120 (cento e vinte) dias** contados da data de sua apresentação;

7.1.5. Apresentar na proposta garantia/validade, não podendo ser menor que **90 (noventa) dias** para os serviços;

7.1.6. A **garantia** prevista para o serviço diz respeito à solução de problemas no que tange a **realização** de serviço que não corresponda com o fim esperado, bem como todo e qualquer defeito apresentado e terá início a partir da data do recebimento definitivo, sem ônus adicional para a **CONTRATANTE**;

7.1.7. **Qualquer** opção oferecida pela licitante, que não atenda as especificações contidas nos anexos deste TR, não será levada em consideração durante o julgamento.

7.2. Não será aceita imposição de valor mínimo para faturamento do pedido e de faturamento mínimo na proposta.

8. DOCUMENTOS LEGAIS PARA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Atestado de Capacidade Técnica fornecida por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa licitante desempenhou ou desempenha atividade pertinente e compatível em características ao objeto da licitação, deverá estar emitido em nome e com o CNPJ/MF da matriz e/ou da(s) filial(ais) da licitante;

b) A licitante deverá apresentar Registro de Operação na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), comprovando regularidade da licitante para operar no mercado de Plano de saúde;

c) A licitante deverá apresentar registro na ANS do(s) plano(s) ofertado(s), com de abrangência a nível **regional**, com cobertura de urgência e emergência **nacional**, bem como da segmentação assistencial oferecida nos termos da Resolução Normativa nº 465 de 02 de fevereiro de 2021, da ANS, mediante declaração expedida pela citada autarquia ou indicação do número de registro;

d) Apresentar, sob as penas cabíveis, **declaração formal de disponibilidade**, com relação explícita de: instalações, aparelhamento e pessoais técnicos, com a qualificação de cada um dos membros adequados para a realização do objeto licitado.

8.2. A verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

9. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES E INÍCIO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

9.1. O prazo para início da prestação do serviço está definido para **05 (cinco)** dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço conforme estabelecido pela **CONTRATANTE**, conforme estabelecido pela contratante neste termo de referência e seus **ANEXOS**.

9.2. O recebimento e a aceitação dos serviços estarão condicionados após avaliação pelo responsável técnico da **CODEM**, sendo atestados, mediante avaliação técnica favorável.

9.3. A aceitação do serviço está condicionada ao atendimento das especificações mínimas constantes deste Termo de Referência.

9.4. Não serão aceitos objetos diferentes dos especificados neste Termo de Referência, fora dos prazos mínimos estipulados, em mau estado de conservação, de qualidade inferior, com a embalagem danificada ou com os lacres de segurança rompidos.

9.5. Caso, durante o prazo de garantia, seja constatado quaisquer defeitos ou divergências nas características dos serviços executados, o Contratante, comunicará o fato, por escrito, ao Fornecedor, **sendo de até 5 (cinco) dias úteis o prazo para correção dos defeitos e/ou troca dos itens/refazimento dos serviços**, contados a partir da solicitação efetuada, sem qualquer ônus à CODEM.

10. DO REAJUSTE

10.1. Os preços são **fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (doze) meses**, a contar da data do orçamento estimado.

10.1.1. Dentro do prazo de vigência Contrato e mediante solicitação da **CONTRATADA**, os preços contratados poderão sofrer reajuste após **o interregno de um ano**, aplicando-se o **IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo**, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.1.2. O **reajuste** se restringirá ao valor do saldo contratual existente na data em que aquele for devido;

10.2. Nos **reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano** será contado a partir dos efeitos financeiros do **último reajuste**.

10.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de **reajustamento**, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a **CONTRATADA** obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao **reajustamento de preços** do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

10.4. Caso o índice estabelecido para **reajustamento** venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

10.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para **reajustamento do preço** do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

10.7. Não será devido **reajuste** quando o atraso na entrega do bem for atribuível a **CONTRATADA**.

11. DO RECEBIMENTO

11.1. O recebimento e aceitação do serviço licitado dar-se-á por comissão ou servidor responsável, sendo atestados, mediante termo circunstanciado, e serão aceitos:

a) Provisoriamente: no ato da realização do serviço, para posterior verificação da conformidade do objeto com as especificações contidas no Termo de Referência, mediante a emissão do termo de Recebimento Provisório; e,

b) Definitivamente: no prazo máximo de **até 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da assinatura do termo de recebimento provisório e após a verificação de sua compatibilidade com as especificações do objeto desta licitação, mediante a emissão de Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes.

12. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São responsabilidades da **CONTRATADA**:

12.1. Fornecer o objeto de acordo com os parâmetros estabelecidos no TR, atendidos os requisitos e observadas às normas constantes neste instrumento;

12.2. Colocar à disposição da **CODEM**, os meios necessários à comprovação da qualidade dos itens, permitindo a verificação das especificações em conformidade com o descrito neste Termo de Referência;

12.3. Assumir os ônus e responsabilidades pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo;

12.4. Responsabilizar-se pela(s) garantia(s) do(s) serviço(s), objetos da licitação, dentro dos padrões de certificação de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor;

12.5. Proteger o sigilo médico dos beneficiários atendendo os preceitos da Resolução Normativa nº 255, de 18 de maio de 2011, da Agência Nacional de Saúde Suplementar.

12.6. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive aquelas com deslocamentos;

12.7. Em nenhuma hipótese poderá veicular publicidade acerca do objeto adquirido pelo **CONTRATANTE**, sem prévia autorização;

12.8. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela **CONTRATANTE**, ou pelo órgão participante, durante a vigência do contrato;

12.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.10. Aceitar os acréscimos e supressões do valor inicialmente estimado para aquisição dos objetos em até 25% (vinte e cinco por cento), nos termos do § 1º do art. 81 da Lei Federal nº 13.303/2016.

12.11. Emitir relatórios contendo informações gerenciais quando solicitado pela CODEM, no prazo fixado pelo fiscal do contrato.

12.12. Atualizar, mensalmente, na sua página web, a relação dos profissionais e rede prestadora dos serviços credenciados.

12.13. A contratada fica obrigado a manter, durante toda a vigência do contrato, o quantitativo e o nível de qualidade da rede credenciada, inclusive os hospitais, informados por ocasião da assinatura do Contrato, sob pena de rescisão contratual.

12.14. A contratada deverá apresentar guia médico impresso ou acessível pela internet, constando nome, telefone e endereço dos médicos, hospitais, clínicas, laboratórios e outras instituições da área de saúde e serviço auxiliares da rede da contratada.

12.15. Os recursos hospitalares e de diagnóstico que venham a ser descredenciados devem ser substituídos por recursos com nível de qualidade semelhantes ou superiores, estando sujeitos à aprovação do Contratante

12.16. A **CONTRATADA** deverá dispor, no momento da assinatura do contrato, de representação na Região Metropolitana de Belém-PA, informando o responsável, endereço, e-mail e telefone fixo ou celular para atender a quaisquer necessidades da **CONTRATANTE**, inclusive finais de semana e feriados, para casos excepcionais que porventura venham a ocorrer no contrato de prestação de serviços, comprometendo-se em mantê-la durante toda a sua vigência contratual, a fim de realizar a eficaz supervisão e execução do Contrato.

13. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

São obrigações da **CONTRATANTE CODEM**:

13.1. Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das condições estabelecidas;

13.2. Rejeitar os serviços cujas especificações não atendam aos requisitos mínimos constantes neste Termo de Referência;

13.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato por intermédio da comissão ou gestor, designado para este fim, de acordo com o art. 180 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CODEM.

13.4. Efetuar o(s) pagamento(s) da(s) Nota(s) Fiscal(ais)/Fatura(s) da contratada, após a efetiva realização dos serviços, emissão dos Termos de Recebimentos Provisório e Definitivo;

13.5. Designar comissão ou servidor, para proceder à avaliação de cada um dos serviços que compõem o objeto deste termo;

13.6. Notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes em cada serviço, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

13.7. Estabelecer normas e procedimentos de acesso às suas instalações para ajustes e/ou reparos nos serviços que compõem o objeto deste TR;

13.8. Fiscalizar os serviços objeto deste instrumento, designando servidor para acompanhar sua execução, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as exigências estipuladas neste Termo de Referência;

13.9. Efetuar o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada e sem qualquer incorreção, desde que acompanhada de relatório de execução dos serviços prestados elaborado pelo fiscal do contrato e os comprovantes de pagamentos das remunerações da mão de obra e dos encargos sociais e trabalhistas;

14. DAS CONDIÇÕES, PRAZO E FORMAS DE PAGAMENTO

14.1. Após homologada a licitação, a **CONTRATANTE** convocará a licitante vencedora para a assinatura da Ata de registro de preços, dentro do prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções constantes neste Termo de Referência e previsto no art. 90, § 5º, arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021;

14.2. É facultado à Administração, quando o convocado não apresentar situação regular na assinatura do contrato ou se recusar a assinar o referido documento, no prazo e condições estabelecidas, chamar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nas condições de suas propostas, ou conforme negociação, podendo ainda, revogar a licitação independentemente da cominação art. 90, § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021;

14.3. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o Contrato, dentro do prazo estabelecido pela **CONTRATANTE**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;

14.4. Os contratos terão suas vigências submetidas ao que determina o art. 71 da Lei Federal 13.303/2016.

14.5. Recebida a **Nota Fiscal** ou **documento de cobrança equivalente**, correrá o prazo de **até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação**, na forma desta seção, **prorrogáveis por igual período**, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

14.5.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.6. Para fins de **liquidação**, o setor competente deverá verificar se a **Nota Fiscal** ou **instrumento de cobrança equivalente** apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

14.6.1. O prazo de validade;

14.6.2. A data da emissão;

14.6.3. Os dados do Contrato e do **ÓRGÃO CONTRATANTE**;

14.6.4. O período respectivo de execução do Contrato;

14.6.5. O valor a pagar; e

14.6.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.7. Havendo erro na apresentação da **Nota Fiscal** ou **instrumento de cobrança equivalente**, ou circunstância que impeça a **liquidação da despesa**, esta ficará sobrestada até

que o **CONTRATADO** providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao **CONTRATANTE**;

14.8. A **Nota Fiscal** ou **instrumento de cobrança equivalente** deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta “**on-line**” ao **SICAF** ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.9. A Administração deverá realizar consulta ao **SICAF** para: **a)** verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; **b)** identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).

14.10. Constatando-se, junto ao **SICAF**, a situação de irregularidade do **CONTRATADO**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, **no prazo de 5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser **prorrogado uma vez, por igual período**, a critério do **CONTRATANTE**.

14.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o **CONTRATANTE** deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do **CONTRATADO**, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.12. Persistindo a irregularidade, o **CONTRATANTE** deverá adotar as medidas necessárias à **rescisão contratual** nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao **CONTRATADO** a **ampla defesa**.

14.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o **CONTRATADO** não regularize sua situação junto ao **SICAF**.

14.14. O preço ajustado será total, fixo e definitivo, expresso em moeda corrente do país.

14.15. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias subsequentes ao fornecimento, mediante a apresentação da Fatura (Nota Fiscal) devidamente atestada e visada pelo setor competente, após conferência das quantidades e da qualidade do mesmo.

14.16. O pagamento será creditado em favor da **CONTRATADA**, por meio de ordem bancária junto à agência bancária indicada na declaração fornecida pelo licitante, contados do recebimento definitivo dos objetos e mediante a apresentação dos documentos fiscais legalmente exigíveis e devidamente atestados pelo servidor/Comissão de Recebimento.

14.17. Será procedida consulta “**On-Line**” junto ao **SICAF** antes de cada pagamento a ser efetuado a **CONTRATADA**, para verificação das condições exigidas na contratação, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio. Caso fique constatado o vencimento das guias de recolhimento do **FGTS**, da **Previdência Social** e **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT** a **CONTRATADA** deverá apresentar, no prazo constado na solicitação feita pela Administração, a sua regularização.

14.18. No caso de atraso de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela **CONTRATANTE** encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

14.19. No caso de eventual atraso de pagamento por culpa comprovada da **CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de multa de atualização monetária financeira, apurados entre a data de vencimento da Nota Fiscal e a do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados a taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de Atualização Financeira

TX = Percentual da Taxa de Juros de Mora Anual - 6% / Ano

VP = Valor da Parcela em atraso

EM = Encargos Moratórios

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

14.20. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente na **CONTRATANTE**, em favor da **CONTRATADA**. Caso esse valor seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

14.21. Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal/fatura, por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de **30 (trinta) dias** reiniciar-se-á a contar da respectiva reapresentação.

15. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

15.1. Nos termos do art. 104, inciso III cominado com o artigo Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021 será designado representante para acompanhar e fiscalizar os serviços executados, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos nos serviços executados;

15.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 76 da Lei Federal nº 13.303/2016;

15.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

16. FONTE DE RECURSO ORÇAMENTÁRIO

16.1. As despesas decorrentes das contratações do objeto, serão arcadas através das dotações orçamentárias próprias, indicadas antes da formalização do (s) contrato (s), conforme previsões/suplementações no Orçamento da **CODEM** descrito abaixo:

Projeto Atividade: 2311 OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS

Sub-Ação: 001 CUSTEIO DA OPERALIZAÇÃO DA COMPANHIA

Tarefa: 003 SERVIÇOS DE TERCEIROS - PJ

Elemento de Despesa: 3390390000

Fonte: 1799030000

17. DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1. É VEDADA a subcontratação parcial do objeto, a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, parcial do contrato, não se responsabilizando o **CONTRATANTE** por nenhum compromisso assumido por aquela com terceiros.

18. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

18.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

19. DAS PENALIDADES

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

19.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

19.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

19.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

19.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

19.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

19.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

19.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do Edital;

19.1.3. Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

19.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o Contrato ou a Ata de Registro de Preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

19.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

19.1.6. fraudar a licitação;

19.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- 19.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 19.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 19.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 19.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 19.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.
- 19.2. Com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao(s) licitante(s) e/ou adjudicatário(s) as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 19.2.1.1. **advertência**;
 - 19.2.1.2. **multa**;
 - 19.2.1.3. **impedimento de licitar e contratar**; e
 - 19.2.1.4. **declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 19.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 19.3.1.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 19.3.1.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 19.3.1.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 19.3.1.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 19.3.1.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 19.4. A multa será recolhida em percentual de **0,5% a 30%** incidente sobre o valor do Contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da comunicação oficial:
 - 19.4.1. Para as infrações previstas nos **itens 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3**, a **multa** será de **0,5% a 15%** do valor do Contrato licitado.
 - 19.4.2. Para as infrações previstas nos **itens 19.1.5, 19.1.6, 19.1.7, 19.1.8 e 19.1.9**, a **multa** será de **15% a 30%** do valor do Contrato licitado.
- 19.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 19.6. Na aplicação da **sanção de multa** será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.
- 19.7. A sanção de **impedimento de licitar e contratar** será aplicada ao responsável em decorrência das **infrações administrativas** relacionadas nos **itens 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de **3 (três) anos**.
- 19.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **19.1.5, 19.1.6, 19.1.7, 19.1.8 e 19.1.9**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **19.1.1,**

19.1.2 e 19.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

19.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato ou a Ata de Registro de Preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no **item 19.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73/2022.

19.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de **impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por **comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis**, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação, **apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir**.

19.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

19.13. O **recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo** do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

19.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

Belém/PA, 31 de julho de 2024.

Vânia Fidalgo
Gerente de Desenvolvimento de Pessoas
GDP/DSP/CODEM

Aprovo o presente termo de referência e autorizo a realização da licitação dentro dos requisitos legais pertinentes

José Akel fares Filho
Diretor Presidente

ANEXO I-A

ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

1. DOS BENEFICIÁRIOS/DEFINIÇÕES

1.1 USUÁRIOS- Os inscritos no plano de assistência à saúde na condição de beneficiários: titulares e dependentes.

1.2. BENEFICIÁRIO TITULAR– Os empregados e dirigentes.

1.3. BENEFICIÁRIO DEPENDENTE- Os cônjuges, companheiros (as), filhos dos beneficiários titulares, enteados, menores sob guarda, conforme definido neste Termo de Referência.

- a) O cônjuge na constância do casamento, companheiro (a) na constância da união estável e da união homoafetiva, na forma da lei;
- b) Os filhos solteiros, não emancipados, até **21 (vinte e um)** anos, dependentes economicamente do servidor e, estudantes que estejam cursando estabelecimento de ensino superior oficial ou reconhecido, até **24 (vinte e quatro)** anos de idade;
- c) Os filhos solteiros, maiores, comprovadamente inválidos ou absolutamente incapazes, assim declarados por decisão judicial;
- d) Os enteados nas mesmas condições previstas para os filhos, desde que comprovadamente residam com o beneficiário titular e destes dependam economicamente, e o menor sob guarda judicial ou tutela do beneficiário titular, que viva sob exclusiva dependência econômica deste;

1.4. A comprovação de dependência a que se refere o subitem 1.3. será efetuada mediante a apresentação de documentos legais pertinentes, tais como:

- a) Para o cônjuge –CPF e certidão de casamento;
- b) Para o companheiro –CPF, carteira de identidade ou documento equivalente, certidão de nascimento de filho em comum, declaração firmada e homologada do beneficiário titular e pelo companheiro, atestando que convivem em união estável ou união homo afetiva;
- c) Para os filhos até 21 (vinte e um) anos –CPF, certidão de nascimento e carteira de identidade;
- d) Para os filhos solteiros, entre 21 e 24 anos, estudantes do ensino superior, além dos documentos previstos nos itens anteriores, declaração de dependência econômica e comprovante de matrícula na instituição;
- e) Para os filhos inválidos, atestado de invalidez; e para os absolutamente incapazes, termo judicial de curatela;
- f) Para menores sob guarda ou tutela, termo judicial competente de guarda ou tutela, comprovação de dependência econômica e certidão de nascimento ou carteira de identidade;

1.5. A comprovação de invalidez será feita através de atestado de invalidez, fornecido pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) ou por médico particular, com homologação

por médico do trabalho contratado ou indicado pela CODEM.

2. REDE CREDENCIADA

2.1. Hospitais, centros médicos, consultórios, clínicas laboratórios, médicos e outros profissionais colocados à disposição dos usuários do plano de assistência à saúde coletivo empresarial por intermédio da Contratada.

2.1.1. ABRANGÊNCIA DA REDE- deverá oferecer atendimento aos usuários, quando necessário, internação em ambiente privativo/Apartamento, dentro dos recursos próprios contratados, com abrangência a NÍVEL REGIONAL, COM COBERTURA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA NACIONAL em rede própria ou em que a Contratada oferece rede credenciada, composta por instituições e profissionais na área de medicina, terapia e outras especialidades previstas no Rol de Procedimentos e Eventos da ANS.

2.1.2. OPERADORA- Empresa com registro junto a ANS, com Índice de Desempenho da Saúde Suplementar igual ou superior a 0.81, divulgados em 2021 referente ao ano base de 2022, comprovadamente, responsável pela prestação de assistência médica ambulatorial e hospitalar, fisioterápica, psicológica e farmacêutica na internação, compreendendo partos e tratamentos, centro de terapia intensiva, ou similar, para tratamento das doenças listadas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, da Organização Mundial de Saúde, com cobertura e rede credenciada de atendimento de urgência e emergência, na forma disciplinada pela Lei nº 9.656/98 e normativos expedidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

3. CARÊNCIA

3.1. É o tempo que o beneficiário terá que esperar para ser atendido pelo plano de assistência à saúde em um determinado procedimento, observado os regramentos da ANS.

3.2. Deverá ser observada a ausência absoluta de carência para utilização dos serviços contratados:

- a)** Todos os mencionados nos itens **1.1, 1.2 e 1.3** deste Termo de Referência, que aderirem ao Plano de Assistência a Saúde, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do início da vigência do Contrato.
- b)** Os empregados afastados sem remuneração, que aderirem ao Plano de Assistência a Saúde, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do retorno à CODEM, bem como aos respectivos dependentes.
- c)** Aos novos titulares e dependentes, tais como aqueles oriundos de casamento, nascimento, adoção, guarda judicial e união estável, cuja adesão ao Plano de Assistência a Saúde ocorra 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência do fato jurídico gerador da relação de dependência ou titularidade, o qual deverá ser comprovado por documento hábil.

3.3. Para aqueles que não cumprirem o prazo estipulado acima, deverão cumprir integralmente períodos de carências.

3.4. O empregado excluído do plano, tem o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da exclusão para firmar um novo compromisso particular com a contratada, sem as devidas carências.

3.5. Não será permitida a cobrança de taxa de adesão ao Plano, assim como a emissão do cartão de identificação do Plano.

4. DAS COBERTURAS

4.1. As coberturas relativas ao plano de assistência à saúde, prazos e condições, incluindo os casos de reembolsos obrigatórios, deverão atender a legislação vigente, em especial as normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar e suas posteriores alterações.

5. DA REDE CREDENCIADA/REFERENCIADA

5.1. A Contratada deverá disponibilizar em rede própria ou credenciada atendimentos de urgência/emergência aos beneficiários, a qualquer dia e hora.

5.2. A rede credenciada deverá atender os casos de atendimento de urgência e emergência, devendo a unidade hospitalar ou equivalente dispor de equipamentos adequados, remédios específicos e equipe com especialistas devidamente treinados.

5.3. Os serviços abrangidos pela assistência 24 horas deverão estar estritamente de acordo com a legislação nacional em vigor.

5.4. A Contratada poderá modificar ou cancelar credenciamento de médicos ou entidades prestadoras de serviço, inclusive por sugestão da CODEM, preservando, entretanto, o padrão de qualidade e o nível de atendimento, mantendo a rede de credenciados/referenciados em número igual ou superior à inicial.

5.5. Na hipótese de a substituição de estabelecimento hospitalar ocorrer por vontade da Contratada durante o período de internação do beneficiário, esta se obriga a pagar as despesas até a alta hospitalar ou arcar com todas as despesas referente a transferência para outra unidade hospitalar, sem prejuízos à saúde do paciente e mantendo a qualidade do atendimento.

5.6. Os casos em que a substituição de estabelecimento hospitalar ocorrer por infração às normas sanitárias, durante o período de internação, a Contratada arcará com a responsabilidade pela transferência imediata do beneficiário para outro estabelecimento equivalente, garantindo a continuidade da assistência sem qualquer ônus adicional.

5.7. Os beneficiários terão direito à livre escolha dos médicos, hospitais, prontos socorros, laboratório e outros serviços complementares de diagnóstico e terapia pelos quais serão atendidos, desde que constantes na lista credenciada disponibilizada pela Contratada.

5.7.1. Os beneficiários utilizarão os serviços da lista de prestadores referenciados/credenciados dentro dos padrões.

6. DOS QUANTITATIVOS DE EMPREGADOS POR FAIXA ETÁRIA:

6.1. Os quantitativos apresentados representam uma demanda estimada das classes beneficiadas da assistência médico-hospitalar e ambulatorial estão estimados inicialmente em **121** (cento e vinte e um) usuários, sendo **70** (setenta) titulares e **51** (cinquenta e um) dependentes, conforme especificado no quadro abaixo. Ressalvamos que o quantitativo indicado poderá variar para mais ou para menos, conforme (admissão demissão).

| FAIXAS ETÁRIAS | BENEFICIÁRIOS |
|-----------------------|----------------------|
|-----------------------|----------------------|

| | |
|--------------|------------|
| 00 a 18 anos | 20 |
| 19 a 23 anos | 10 |
| 24 a 28 anos | 9 |
| 29 a 33 anos | 8 |
| 34 a 38 anos | 3 |
| 39 a 43 anos | 11 |
| 44 a 48 anos | 10 |
| 49 a 53 anos | 12 |
| 54 a 58 anos | 9 |
| 58 em diante | 29 |
| Total | 121 |

a) Os números dos beneficiários referidos acima servem apenas como referência para o mês de **julho de 2024**, tendo em vista que poderão sofrer alterações, a qualquer tempo.

7. FORMA DE CUSTEIO:

7.1. Em cumprimento à Cláusula 23 do Acordo Coletivo de Trabalho será concedida assistência médica nos termos adiante transcritos:

7.1.1. Manter a concessão de assistência médica hospitalar subsidiada aos empregados e dirigentes da CODEM e seus respectivos dependentes legais, mediante contrato com Empresa Administradora de Plano de Assistência à Saúde ou Seguro Saúde.

a) A CODEM em parceria com os representantes dos empregados, procederá a avaliação a qualquer momento sobre o padrão de qualidade da Empresa prestadora de serviço para adoção das medidas que forem julgadas necessárias.

b) Cabe a CODEM efetivar o desconto – em folha de pagamento do valor correspondente à concessão disposta nesta Cláusula, de forma subsidiada e proporcional, nos percentuais:

b1) 10% (dez por cento) Para os empregados efetivos do quadro de cargos de extinção, enquadrados **Plano B, Classes II e IV.** e para os empregados de provimento efetivo concursados, enquadrados na carreira de auxiliar;

b2) 30% (trinta por cento) Para os empregados do quadro de cargos de extinção, enquadrados **Plano B, Classes VII e VIII,** e para os empregados de provimento efetivo concursados, enquadrados na carreira de Técnico;

b3) 50%(cinquenta por cento) Para os empregados efetivos do quadro de cargos de extinção enquadrados no **Plano A, Classe I:**e para os empregados de provimento efetivo concursados, enquadrados na carreira de Analista;

7.2. A complementação do valor mensal da fatura de pagamento e do valor relativo aos descontos dos empregados será paga pelo CONTRATANTE, com recursos próprios.

7.3. Pela execução do objeto do Contrato a CODEM, efetuará o **pagamento Integral do valor mensal pactuado a Contratada.**

8. DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR:

8.1. Os beneficiários deste Plano de Assistência a Saúde ou Seguro Saúde, terão internação em APARTAMENTO em hospitais próprios ou credenciados pela licitante, incluindo:

- a)** assistência médica prestada pelos médicos credenciados;
- b)** exames complementares específicos para diagnósticos e controle de doenças que motivou a internação até alta hospitalar.
- c)** urgência e Emergência Nacional

8.2. Os beneficiários terão direito à internação para tratamento clínico ou cirúrgico e para a hospitalização em UTI por prazo indeterminado.

8.3. As internações obstétricas serão atendidas por médicos credenciados pela licitante com livre escolha da parturiente e/ou por médico de plantão, dentro da rede apresentada, em decorrência da emergência do atendimento.

8.4. No caso do recém-nascido ter necessidade de internação logo após o parto, exames ou consultas, a licitante cobrirá as custas dos primeiros 30 (trinta) dias por meio de autorização, o recém-nascido deverá ser incluído como beneficiário dependente dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar de seu nascimento, pagando a mensalidade a partir da data de seu nascimento. Caso a indicação não seja feita os gastos após este período, correrão por conta do (a) usuário (a) titular.

8.5. Antes de se internar, o beneficiário ou o seu representante deverá comparecer à sede da licitante munido do pedido de internação solicitado pelo médico credenciado, identidade civil e documento de identificação expedida pela licitante, a qual emitirá a guia de internação competente:

8.6. Os atendimentos de urgência e emergência, com internação ou não serão permitidos sem guia, em qualquer hospital da rede própria ou contratada, com livre escolha do beneficiário. Nos casos em que for indicado internação, a guia deverá ser providenciada em 48 (quarenta e oito) horas úteis, observando o que dispõe o item anterior.

8.7. O licitante vencedor deverá apresentar, na assinatura do Contrato, relação atualizada dos prestadores credenciados (médicos, laboratórios, clínicas, etc.) entre os serviços de diagnósticos credenciados devem constar, no mínimo, entre outros:

- a)** laboratórios de análises clínicas e patologia clínica;
- b)** clínicas para diagnósticos nas áreas de radiologia, tomografia computadorizada, ressonância nuclear magnética e medicina nuclear;
- c)** recursos para realização de diagnósticos na área de endoscopia e colonoscopia;
- d)** recursos para diagnóstico cardiológico que realizem hemodinâmica;
- e)** recursos para realização de laparoscopias.



ANEXO I-B

RELAÇÕES E QUANTIDADES DOS ITEM

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDAD E | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|--|--------|----------------------|----------------|-------------------|----------------|
| 1 | SERVIÇOS DE OPERADORA DE PLANO DE SERVIÇOS DE OPERADORA DE PLANO DE ASSISTENCIA A SAUDE OU SEGURO DE SAÚDE PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICO AMBULATORIAL, HOSPITALAR E AUXILIAR DE DIAGNOSTICO E TERAPIA. com obstetrícia. | 13340 | SERVIÇO | 12 MESES | | |